

Vitasul Logística e Transportes S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados de 2025.

A Vitasul Logística e Transportes S.A. possui sua sede na cidade de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, e conta com duas filiais localizadas nos municípios de Anápolis, no Goiás, e Rondonópolis, no Mato Grosso. Seu principal ramo de atuação é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e logística em território nacional.

A frota operacional é composta por veículos pesados e implementos do tipo bitrem e rodotrem, que possibilitam maior produtividade e eficiência operacional. A Companhia atua no transporte de granel sólido e líquidos, utilizando frota própria e veículos agregados para os caminhões tratores, com implementos pertencentes à Vitasul.

A Companhia mantém seu compromisso com acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores, buscando continuamente a excelência na prestação de serviços e agregando valor à cadeia logística em que está inserida.

RECEITA BRUTA

No exercício de 2025, a Vitasul registrou faturamento bruto de R\$ 57.549, representando crescimento de 58,5% em relação ao exercício de 2024, quando o faturamento totalizou R\$ 36.307.

O aumento da receita está relacionado principalmente à retomada das atividades de transporte de cargas ao longo de 2025, combinada à continuidade das operações de locação de veículos.

<i>*em milhares</i>	2025	2024	▲
Faturamento bruto	57.549	36.307	58,5%

LUCRO BRUTO

O lucro bruto totalizou R\$ 2.777 em 2025, frente a R\$ 17.944 registrados em 2024.

A margem bruta atingiu 4,7% em 2025, comparada a 56,1% no exercício anterior. A redução da margem reflete principalmente a retomada das operações de transporte rodoviário de cargas ao longo do período. Em 2024, a Companhia apresentou maior participação das atividades de locação de veículos, que possuem estrutura de custos distinta e margens superiores.

Durante o processo de retomada das operações de transporte, a Companhia passou por um período de adaptação operacional, o que impactou temporariamente a rentabilidade. Ainda assim, os contratos de locação mantêm mecanismos de repasse de custos, contribuindo para a estabilidade dos resultados no contexto de um mercado competitivo.



<i>*em milhares</i>	2025	2024	▼
Lucro bruto	2.777	17.944	(84,5)%
Margem bruta	4,7%	56,1%	(51,4)p.p.

EBITDA

No exercício de 2025, o EBITDA totalizou R\$ 13.139, frente a R\$ 34.237 registrados em 2024.

A margem EBITDA foi de 22% em 2025, comparada a 107% no exercício anterior. A redução observada reflete principalmente a mudança no perfil das operações, com maior participação do transporte rodoviário de cargas, que apresenta estrutura de custos mais elevada quando comparada às atividades de locação de veículos.

<i>*em milhares</i>	2025	2024	▲
Receita Líquida	58.665	31.988	83,4%
(Prejuízo) Lucro líquido	(11.420)	7.548	(251,3)%
Impostos	288	1.682	(82,9)%
Depreciação	10.289	9.763	5,4%
Resultado financeiro	13.982	15.244	(8,3)%
EBITDA	13.139	34.237	(61,6)%
Margem EBITDA	22%	107%	2,2p.p.
Dívida líquida	(61.848)	(73.926)	(16,3)%
Relação dívida/EBITDA	0,2	0,5	

RESULTADO LÍQUIDO

No exercício de 2025, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 11.420, equivalente a (19,5)% da receita operacional líquida, comparado ao lucro líquido de R\$ 7.548 registrado em 2024, que representou 23,6% da receita líquida.

O resultado foi impactado principalmente pela elevação do custo financeiro da Companhia, associado ao processo de renovação da frota de caminhões e implementos, além do período de adaptação operacional decorrente da retomada das atividades de transporte.



*em milhares de R\$

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	2025	A.V	2024	A.V	▼
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	57.549	98,1%	36.307	111,9%	(13,8)p.p.
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	1.116	1,9%	(4.319)	(11,9)%	13,8p.p.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	58.665	100%	31.988	100%	83,4%
<i>Custo dos Serviços Prestados</i>	(55.888)	(95,3)%	(14.044)	(43,9)%	(51,4)p.p.
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.777	4,7%	17.944	56,1%	(51,4)p.p.
<i>Despesas Operacionais</i>	73	0,1%	6.530	20,4%	(20,3)p.p.
RESULTADO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO	2.850	4,9%	24.474	76,5%	(71,7)p.p.
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	(13.982)	(23,8)%	(15.244)	(47,7)%	23,8p.p.
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES DE IMPOSTOS	(11.132)	(19,0)%	9.230	28,9%	(47,8)p.p.
<i>Imposto de Renda e contribuição Social sobre o Lucro</i>	(288)	(0,5)%	(1.682)	(5,3)%	4,8p.p.
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.420)	(19,5)%	7.548	23,6%	(43,1)p.p.

ENDIVIDAMENTO

Ao final do exercício de 2025, a Companhia apresentou endividamento líquido de R\$ 61.848, comparado a R\$ 73.926 ao final de 2024, representando redução de 16,3% no período.

A redução do endividamento líquido reflete principalmente a amortização de empréstimos e financiamentos ao longo do exercício.

Apesar da redução do nível absoluto de endividamento, a relação dívida líquida/EBITDA aumentou para 4,8 em 2025, comparada a 2,2 em 2024, refletindo a redução do EBITDA no período.

A Administração permanece acompanhando de forma contínua a estrutura de capital da Companhia, buscando equilibrar a necessidade de investimentos operacionais com a manutenção de níveis adequados de alavancagem financeira.

*em milhares	2025	2024	▼
Caixa e equivalente de caixa	1.749	1.734	0,9%
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	22.345	30.159	(25,9)%
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	41.252	45.501	(9,3)%
Endividamento líquido	(61.848)	(73.926)	(16,3)%
Relação dívida/EBITDA	0,2	0,5	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e diretores da
Vitasul Logística e Transportes S.A.
Erechim - RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vitasul Logística e Transportes S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vitasul Logística e Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações relevantes com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de receita da companhia e realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 18 as demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

Signed by:

C3720917FE6B425...

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro

Contador CRC RJ-093679/O-1

Vitasul Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.749	1.734	Fornecedores		980	555
Contas a receber de clientes	5	3.137	4.670	Empréstimos e financiamentos	12	22.345	30.159
Impostos a recuperar	6	357	14	Obrigações sociais e trabalhistas		124	44
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		562	-	Obrigações fiscais e tributárias		1.243	471
Títulos a receber	7	3.349	8	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	928
Outras contas a receber	8	407	408	Adiantamentos de clientes		2.663	7.875
Total do Ativo Circulante		9.561	6.834	Outras contas a pagar	13	763	799
				Total do Passivo Circulante		28.118	40.831
Não Circulante				Não Circulante			
Outras contas a receber	8	49	1.963	Empréstimos e financiamentos	12	41.252	45.501
Total do realizável a longo prazo		49	1.963	Mútuos a pagar - partes relacionadas	18	20.580	14.937
				Outras contas a pagar	13	98	151
				Total do Passivo Não Circulante		61.930	60.589
Imobilizado	10	76.443	100.048	Patrimônio líquido	14		
Total do Ativo Não Circulante		76.492	102.011	Capital social		15	15
				Reservas de lucros		-	7.410
				Prejuízos acumulados		(4.010)	-
				Total do Patrimônio Líquido		(3.995)	7.425
Total do Ativo		86.053	108.845	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		86.053	108.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitasul Logística e Transportes S.A.**Demonstrações do resultado do exercício**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	15	58.665	31.988
Custos dos serviços prestados	16	(55.888)	(14.044)
Lucro Bruto		2.777	17.944
Despesas Operacionais	16	73	6.530
Despesas gerais e administrativas		(5.438)	(2.141)
Outras receitas operacionais		22.421	13.302
Outras (despesas) operacionais		(16.910)	(4.631)
Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		2.850	24.474
Receitas financeiras	17	294	279
Despesas financeiras	17	(14.276)	(15.523)
Resultado Antes dos Impostos		(11.132)	9.230
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(288)	(1.682)
Resultado Líquido do Exercício		(11.420)	7.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitasul Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findo em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(11.420)	7.548
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(11.420)	7.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitasul Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros					
	Nota	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	14	15	1.564	3	-	-	1.582
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.548	7.548
Reservas de incentivos fiscais		-	727	-	-	(727)	-
Dividendos		-	-	-	-	(1.705)	(1.705)
Reserva de lucros		-	-	-	5.116	(5.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15	2.291	3	5.116	-	7.425
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(11.420)	(11.420)
Absorção de reservas		-	(2.291)	(3)	(5.116)	7.410	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		15	-	-	-	(4.010)	(3.995)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitasul Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(11.420)	7.548
Ajustes por:			
Despesas de juros sobre empréstimos e arrendamentos	12 e 11	11.685	11.706
Depreciação	10	8.769	9.763
Depreciação de arrendamentos		1.520	-
Alienação de ativo imobilizado		(4.414)	10.951
Varição de ativo/passivo baixa arrendamentos		(448)	-
Imposto de renda e contribuição social		288	1.682
		5.980	41.650
Variações em:			
Contas a receber de clientes	5	1.533	(4.287)
Impostos a recuperar	6	(343)	604
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(562)	-
Títulos a receber		(2.725)	4.799
Outras contas a receber	8	1.825	(1.036)
Fornecedores		425	(394)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.199	(2.139)
Obrigações fiscais e tributárias		(348)	135
Adiantamentos de clientes		(5.212)	1.425
Outras contas a pagar	13	(88)	(288)
Imposto de renda e contribuição social pago		(1.459)	(2.011)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos	12 e 11	(11.685)	(11.706)
		(11.460)	26.752
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação do ativo imobilizado		21.986	-
Aquisição de ativo imobilizado		(3.013)	(1.853)
		18.973	(1.853)
Fluxos de caixa líquido (utilizados nas) atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	12	38.320	5.470
Empréstimo pagos	12	(50.383)	(35.810)
Mútuos a pagar - partes relacionadas	18	5.643	2.637
Arrendamentos pagos		(1.078)	-
Dividendos pagos		-	(1.000)
		(7.498)	(28.703)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) atividades de financiamento			
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		15	(3.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.734	5.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	1.749	1.734
		15	(3.804)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vitasul Logística e Transportes S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2005. Está localizada no município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 153, nº 500, Sala 05 B, Mezanino, Bairro Frinape. Possui filiais nas cidades de Rondonópolis-MT e Anápolis-GO. Tem como atividade preponderante a locação de veículos e prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e logística em território nacional.

1.1 Comentários da Administração sobre a performance operacional

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, embora tenha apresentado excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 18.557 (R\$ 33.997 em 2024), a Companhia continuou o seu processo de reestruturação operacional e comercial, buscando uma melhoria das margens, tendo em vista a mudança de estratégia adotada pela administração, no contexto de locação de veículos pesados e implementos rodoviários, não optando mais pela prestação de serviços de transportes.

A Companhia não apresenta atraso de pagamentos a fornecedores, empréstimos, salários entre outros passivos. Além disso, conta com o suporte financeiro de sua controladora.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de abril de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas contábeis brasileiras, a qual exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 10 – Imobilizado: Determinação do valor residual dos ativos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de transporte	O serviço de transporte tem seus critérios de desempenho atingidos quando ocorre a entrega dos produtos nos endereços de destino.	A receita de serviço é reconhecida quando as mercadorias são entregues nas dependências dos clientes de destino.
Aluguel de veículos e implementos	O serviço de aluguel tem seus critérios de desempenho atingidos a medida em que os clientes utilizam os veículos diariamente, conforme previsto em contratos.	As receitas de aluguel são reconhecidas em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com os clientes.

Receita com Reembolso de Despesas	A receita de reembolso tem seus critérios estabelecidos em um contrato de locação, onde o veículo é entregue em condições adequadas. Durante o uso é oferecido o suporte ao cliente e na devolução poderá haver a cobrança de possíveis danos. Considera-se reembolso as manutenções, multas de trânsito, multas contratuais ou manutenções corretivas para devolução dos veículos ao final do contrato, além das taxas de administração sobre esta gestão de multas e manutenções.	As receitas de reembolso de despesas são reconhecidas quando ocorrer a manutenção e suporte ao cliente.
Venda de Veículo	Os clientes obtêm controle dos veículos quando o produto é entregue e mediante pagamento total firmado em contrato.	As receitas de veículos vendidos são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Subvenções governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros diversos, rendimentos de aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, dentre outras.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre

o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos Pesados – caminhões	4 anos
Veículos Pesados – reboques	5 anos
Veículos Leves	5 anos

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e, em caso da existência de indícios que levem à necessidade, são ajustados.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo

objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis em nível individual. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas esperadas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para perdas esperadas em créditos das contas a receber estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo

incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

I. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

As seguintes normas são efetivas para os próximos exercícios:

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- a) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;

- b) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- c) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para medidas de performance de mercado. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionadas à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	38	363
Aplicações financeiras	1.687	1.356
Outras disponibilidades	24	15
	<hr/>	<hr/>
Total caixa e equivalentes de caixa	1.749	1.734

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Todas as aplicações financeiras são remuneradas na média de 5% a 100% em 2025 (5% a 100% em 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As outras disponibilidades são valores pagos ou antecipados por meios eletrônicos e cartões de créditos disponibilizados aos colaboradores, principalmente motoristas para utilizar no decorrer das atividades fins da Companhia.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Cientes mercado interno	850	2.655
Cientes - partes relacionadas	2.287	2.015
Total contas a receber de clientes	3.137	4.670

Abaixo, a abertura dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Idade dos saldos por vencimento		
A vencer	2.614	2.690
Vencidos até 30 dias	174	726
Vencidos entre 31 e 60 dias	42	1.120
Vencidos entre 61 e 90 dias	124	134
Vencidos entre 91 e 120 dias	135	-
Vencidos entre 121 e 150 dias	22	-
Vencidos entre 151 e 360 dias	26	-
Total idade dos saldos por vencimento	3.137	4.670

6 Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recuperar (i)	353	-
IRRF saldo negativo a compensar	4	7
IRRF sobre aplicação financeira	-	3
INSS a recuperar	-	4
Total de impostos a recuperar	357	14

- (i) Créditos de Pis e Cofins da prestação de serviços de transportes em que as mercadorias transportadas são destinadas à exportação, dessa forma, as receitas de prestação de serviços de transportes se amoldam às hipóteses de suspensão e imunidade para o Pis e a Cofins, conforme prevê a legislação destas contribuições sociais.

7 Títulos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui os seguintes saldos a receber referente a desmobilização de frota em até 1 ano:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber	3.349	8
Total de outras contas a receber	<u>3.349</u>	<u>8</u>

8 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui os seguintes saldos a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	42	2
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	74	-
Adiantamento a empregados	83	-
Despesas pagas antecipadamente	203	406
Empréstimos a terceiros	-	1.733
Empréstimos a terceiros - partes relacionadas	6	-
Outras contas a receber	48	230
Total de outras contas a receber	<u>456</u>	<u>2.371</u>
Circulante	407	408
Não circulante	49	1.963

9 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Vitasul Logística e Transportes S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Reconciliação do IR/CS	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.132)	9.230
Alíquotas nominais	34%	34%
	<hr/>	<hr/>
Despesa com imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	3.785	(3.138)
	<hr/>	<hr/>
Ajustes dos impostos referentes:		
Depreciação contábil/fiscal, líquidas	(4.759)	(5.728)
Alienação imobilizado, líquidas	5.406	3.300
Outras diferenças, líquidas	133	118
Impostos diferidos não constituídos	(4.853)	3.766
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(288)	(1.682)
	<hr/>	<hr/>
Alíquota efetiva	3%	(18)%
	<hr/>	<hr/>
Corrente	(288)	(1.682)
	<hr/>	<hr/>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 45.882 (R\$ 34.795 em 31 de dezembro de 2024), montantes que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os créditos fiscais decorrentes desses prejuízos fiscais serão reconhecidos à medida em que as projeções indicarem que sua realização é altamente provável em um futuro previsível. Por não estarem dentro do período de lucro previsível definido pela Administração, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, nos montantes de R\$ 15.600 (R\$ 11.056 em 31 de dezembro de 2024). As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

10 Imobilizado

Movimentação do custo	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos pesados - caminhões	Veículos pesados - reboques	Veículos leves	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31	843	92.350	51.103	44	63	432	144.866
Adições	-	-	-	1.735	157	-	114	2.006
Baixas	-	-	(13.681)	(3.170)	(138)	-	-	(16.989)
Transferências	(2)	2	-	-	-	-	(153)	(153)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	29	845	78.669	49.668	63	63	393	129.730
Adições	-	-	2.245	398	-	8	362	3.013
Baixas	-	-	(18.860)	(9.050)	(41)	-	(8)	(27.959)
Transferências	-	-	-	-	-	-	184	184
Saldos em 31 de dezembro de 2025	29	845	62.054	41.016	22	71	931	104.968
Movimentação da depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6)	(81)	(14.804)	(11.033)	(18)	(15)	-	(25.957)
Depreciação	(3)	(92)	(6.232)	(3.439)	(1)	(9)	-	(9.776)
Baixas	-	-	4.865	1.176	10	-	-	6.051
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(9)	(173)	(16.171)	(13.296)	(9)	(24)	-	(29.682)
Depreciação	(4)	(93)	(5.559)	(3.104)	-	(9)	-	(8.769)
Baixas	-	-	6.489	3.437	-	-	-	9.926
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(13)	(266)	(15.241)	(12.963)	(9)	(33)	-	(28.525)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	20	672	62.498	36.372	54	39	393	100.048
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	16	579	46.813	28.053	13	38	931	76.443

Vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram avaliadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou nenhum indício que levou à necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

11 Direito de uso de contratos e arrendamentos a pagar

Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativo de direito de uso de contratos a ser depreciado pelos prazos do contrato. Abaixo, a movimentação do saldo no exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	<u>-</u>	<u>-</u>
Reconhecimento de novos contratos	17.792	-
Baixa de contratos (*)	(17.792)	-
Baixa amortização	1.520	-
Amortização dos direitos de uso	<u>(1.520)</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>-</u>	<u>-</u>

Arrendamentos a pagar

Abaixo, a movimentação do saldo.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	<u>-</u>	<u>-</u>
Reconhecimento de novos contratos	17.792	-
Baixa de contratos (*)	(16.714)	-
Juros provisionados	1.324	-
Juros pagos	(1.324)	-
Pagamento de principal	<u>(1.078)</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Baixas de contratos referem-se aos distratos dos veículos locados devido a reorganização da frota locada para adequar ao mercado do transporte.

12 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto dos seguintes valores:

Modalidade	Garantia	Taxa a.a.	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
BNDDES	Aval dos sócios	1,25% a 4,70%	27/11/2030	14.134	17.602
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios	3,66% a 16,21%	18/12/2028	35.434	54.626
Cédula de Crédito à Exportação	Aval dos sócios	4,34%	29/12/2028	10.013	-
Giro	Aval dos sócios	1,70% a 19,08%	23/10/2025	4.016	3.432
Total				63.597	75.660
Circulante				22.345	30.159
Não circulante				41.252	45.501

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2027	23.559
2028 em diante	17.693
Total	41.252

Durante o exercício os contratos apresentaram a seguinte movimentação.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	75.660	106.000
Empréstimos tomados	38.320	5.470
Empréstimos pagos	(50.383)	(35.810)
Juros provisionados	10.361	11.706
Juros pagos	(10.361)	(11.706)
Saldo Final	63.597	75.660

13 Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Consórcios a pagar	31	103
Dividendos a pagar - partes relacionadas	705	705
Outras contas a pagar	122	142
Outras contas a pagar - partes relacionadas	3	-
Total de outras contas a pagar	861	950
Circulante	763	799
Não circulante	98	151

14 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 15.000 ações, no valor ordinário de R\$ 1 cada, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil, conforme segue:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	%	Ações	%
F2 Participações	15	99,99%	15	99,99%
Vitimir Scanagatta	-	0,01%	-	0,01%
Total do capital social	15	100%	15	100%

Reservas de incentivos fiscais

A conta de reservas de subvenções para investimento foi formada em conformidade com o artigo 195 da Lei nº 6.404/76, decorrente de benefícios fiscais fundamentado na Lei Complementar nº 160/2017. Os benefícios fiscais são referentes a isenção de ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto em Lei.

Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro para a reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal foi absorvida pelo prejuízo do exercício.

Dividendos obrigatórios

Conforme previsto em Estatuto Social, a Companhia deve destinar a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. No exercício de 2025 a Companhia não provisionou dividendos conforme prevê estatuto devido ao prejuízo acumulado no exercício.

15 Receita líquida

A composição da receita líquida é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços de transporte	42.794	35
Receita com locações de veículos	14.755	36.272
Impostos sobre serviços (*)	1.116	(4.319)
Receita operacional líquida	58.665	31.988

As receitas da Companhia referem-se à prestação de serviço de transporte e locação de veículos. (*) Os impostos sobre serviços apresentam resultado positivo devido as prestações de serviços de transportes em que as mercadorias transportadas são destinadas à exportação, dessa forma, as receitas de prestação de serviços de transportes se amoldam às hipóteses de suspensão e imunidade para o Pis e a Cofins, conforme prevê a legislação destas contribuições sociais, o que resulta em um débito menor que o crédito.

16 Despesas por natureza e por função

A composição das despesas por natureza é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Combustíveis	(18.222)	(118)
Salários, provisões e encargos	(14.734)	(227)
Manutenção de frota	(9.843)	(3.663)
Despesas com licenciamento, IPVA e multas de trânsito	(1.473)	(1.474)
Pedágios	(2.089)	(1.355)
Depreciações e amortizações	(10.289)	(9.763)
Seguro e monitoramento	(706)	(827)
Aluguel	(618)	(18)
Venda de veículos	21.095	15.762
Custo com venda de veículos	(16.887)	(10.951)
Outras receitas/despesas	(2.049)	5.120
Total das despesas por natureza	<u>(55.815)</u>	<u>(7.514)</u>
Custos dos serviços prestados	(55.888)	(14.044)
Despesas gerais e administrativas	(5.438)	(2.141)
Outras receitas operacionais	22.421	13.302
Outras despesas operacionais	(16.910)	(4.631)
Total das despesas por função	<u>(55.815)</u>	<u>(7.514)</u>

A partir do ano 2025, as despesas de combustíveis, salários, provisões e encargos, manutenção de frota e pedágios tiveram um aumento significativo em função da Companhia atuar prestadora de serviços e locadora de veículos.

17 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	5	39
Juros recebidos	80	2
Rendimento aplicação financeira	60	-
Variações monetárias ativas	102	-
Variações cambiais ativas	-	211
Outras receitas financeiras	47	27
Total das receitas financeiras	<u>294</u>	<u>279</u>

Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(310)	(90)
Despesas c/ cobranças	(130)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.361)	(11.706)
Juros sobre mútuos	(1.847)	(2.637)
Juros sobre arrendamentos	(1.324)	-
IOF	(23)	-
Variações monetárias passivas	(5)	(62)
Outras despesas financeiras	(276)	(1.028)
Total das despesas financeiras	(14.276)	(15.523)
Total do resultado financeiro, líquido	(13.982)	(15.244)

18 Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas que a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está abaixo discriminado.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Transportes Transvidal S.A.	1.266	528
VDA Logística e Transportes Ltda	-	68
VDA Logística e Transportes S.A.	74	68
Vidal Logística e Transportes S.A.	946	1.351
	2.286	2.015
Adiantamentos a fornecedores		
Vidal Logística e Transportes S.A.	74	-
	74	-
Outras contas a receber		
Vidal Logística e Transportes S.A.	6	-
	6	-
Total	2.366	2.015
Passivo circulante		
Adiantamentos de clientes		
Transportes Transvidal S.A.	36	3.013
VDA Logística e Transportes S.A.	8	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	-	7
	44	3.020

Vitasul Logística e Transportes S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Outras contas a pagar		
Transportes Transvidal S.A.	2	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	1	-
	<u>3</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar		
F2 Participações S.A.	705	705
	<u>705</u>	<u>705</u>
Total	<u>752</u>	<u>3.725</u>
Passivo não circulante		
Mútuos a pagar		
Transportes Transvidal S.A.	3.871	4.330
VDA Logística e Transportes S.A.	-	2.425
Vidal Logística e Transportes S.A.	16.709	8.182
	<u>20.580</u>	<u>14.937</u>
Total	<u>20.580</u>	<u>14.937</u>
Resultado		
Receita bruta		
Transportes Transvidal S.A.	22.636	10.528
VDA Logística e Transportes Ltda	680	777
VDA Logística e Transportes S.A.	822	746
Vidal Logística e Transportes S.A.	21.184	22.208
	<u>45.322</u>	<u>34.259</u>
Total	<u>45.322</u>	<u>34.259</u>

Os mútuos com partes relacionadas possuem prazo de vencimento definido. Tais transações com parte relacionadas foram realizadas em situações específicas no contexto de grupo e podem divergir de outras operações realizadas com terceiros não relacionados.

As receitas e clientes são decorrentes principalmente de subcontratação de fretes e das locações de veículos.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, sendo que a remuneração paga, na forma de pró-labore, foi de R\$ 60 em 2025 e R\$ 35 em 2024.

19 Provisão para processos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com auxílio dos

seus consultores legais externo. No ano de 2025 não tiveram processos com risco de perda provável.

A Companhia possui ações que foram avaliadas pela Administração com auxílio de seus assessores jurídicos como risco de perda possível em 31 de dezembro 2025, nos montantes abaixo, para as quais não foram constituídas provisões.

	2025	2024
Cível	224	600
Trabalhista	793	270

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”) e diretrizes internas a ela subordinadas.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) *Administração de riscos de crédito*

O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme classificação de *rating* e concentração do portfólio da Companhia.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Administração de risco de crédito	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.749	1.734
Contas a receber de clientes	5	3.137	4.670
Títulos a receber	7	3.349	8
Outras contas a receber	8	456	2.371
Total		8.691	8.783

Visando gerenciar o risco de crédito associado a estes ativos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de grande porte. Para os demais saldos

recebíveis, a Companhia realiza análise da situação dos devedores através de políticas de concessão de crédito a fim de mitigar riscos de inadimplência.

(ii) Administração de riscos de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. Abaixo, a exposição estimada da Companhia nas principais obrigações passivas, com a previsão de pagamento de juros.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	980	980	980	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.597	74.708	31.001	27.796	15.508	213	190
Mútuos a pagar	20.580	21.866	-	-	-	-	21.866
Total do Circulante	85.157	97.554	31.981	27.796	15.508	213	22.056

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	555	555	555	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	75.660	95.117	38.185	10.095	14.376	32.461	-
Mútuos a pagar	12.300	13.011	-	-	-	-	13.011
Total do Circulante	88.515	108.683	38.740	10.095	14.376	32.461	13.011

(iii) Administração de riscos de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos.

A política de riscos da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. Entretanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia estava exposta aos riscos de taxas de juros, conforme abaixo:

Administração de riscos de taxa de juros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	4	1.687	1.356
Empréstimos e financiamentos	10	(63.597)	(75.660)
Total da exposição líquida		(61.910)	(74.304)

A simulação do índice da variação dos ativos e passivos líquidos, a título de análise de sensibilidade e impacto líquido nas demonstrações financeiras está apresentada abaixo.

Índices	CDI em 2025	Cenário provável em 2026
Ativos e passivos líquidos sujeitos a variação do CDI: R\$ (61.910)	15,0%	12,3%
Variação em R\$	9.287	7.584

Índices	CDI em 2024	Cenário provável em 2025
Ativos e passivos líquidos sujeitos a variação do CDI: R\$ (74.304)	10,8%	15,0%
Variação em R\$	8.025	11.146

(iv) Instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2025		31/12/2024	
	Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	1.749	-	1.734
Contas a receber de clientes	Nível 2	3.137	-	4.670	-
Títulos a receber	Nível 2	3.349	-	8	-
Outras contas a receber	Nível 2	456	-	2.371	-
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	980	-	555	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	63.597	-	75.660	-
Mútuos a pagar - partes relacionadas	Nível 2	20.580	-	14.937	-
Outras contas a pagar	Nível 2	861	-	950	-

(v) Administração de capital

A definição da estrutura de capital ideal da Companhia está essencialmente associada à:

- (i) Robustez de caixa como fator de tolerância a choques de liquidez;
- (ii) Alavancagem financeira e;
- (iii) Maximização do custo de oportunidade do capital.

A estratégia de caixa e liquidez leva em consideração cenários históricos de volatilidade de resultados, bem como simulações de crises setoriais e sistêmicas e fundamenta-se em permitir resiliência em cenários de acesso restrito ao capital.

A alavancagem financeira busca o equilíbrio entre as diversas fontes de financiamento e respectivas condições de alocação com o objetivo de maximizar o custo de oportunidade da Companhia em suas iniciativas de expansão de negócios. Além disso, o objetivo de manutenção do grau de investimento disciplina a ponderação de capital próprio e de terceiros. A Companhia monitora os níveis de endividamento e de dívida líquida.

21 Eventos subsequentes

No decorrer do ano de 2026 a Companhia já liquidou parte da dívida existente em 31 de dezembro de 2025, conforme cronograma de pagamentos. Essas liquidações foram realizadas tanto com recursos próprios oriundos do giro da atividade, bem como com recursos captados através de mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 28.405 mil.

Assinado por:
VITAMIR SCANAGATTA
01620A445B6F4A8...
Vitimir Scanagatta
Diretor Presidente

Assinado por:
Helen Teixeira
B1472B1A134E48A...
Helen da Silva Teixeira
Contadora CRC-RS 075.207-0